BOLETIM ICOM PORTUGAL

As Coleções extra-europeias

Série III Dezembro 2021 N.º17

Do mesmo e do outro... #1, 2018
On the same and the other ...
de Vasco Araújo

ICOM international council of museums Portugal

Texto/Text: De “Pele negra, máscaras brancas” de Frantz Fanon/ by Frantz Fanon’s Black skin, white masks.

Nota/Note: Todas as penas foram apanhadas no chão e/ou doadas pelo Jardim Zoologico de Lisboa/ All feathers were collected on the ground and/or donated by theLisbon Zoo.

Texto/Text:
“… ficámos todos iguais, fizeram-nos um grupo, todos com a mesma voz, uma não voz. Perdemos a nossa origem, já não somos de nenhum lado. Pertencemos ao que eles chamam o nosso mundo.”
‘…we become all the same, we were made as a group, all with the same voice, a non-voice. We have lost our origin; we no longer belong anywhere. We belong to what they call our world.’

Do mesmo e do outro... #1, 2018 (On the same and the other ...) | Vasco Araújo
Penas de pássaros, caixa em madeira e metal, estrutura de metal/ Bird feathers, wooden and metal box, metal struture.

Exotismo - And I am also thinking of tomorrow., 2019 | Vasco Araújo | 120 x 60 x 60 cm
Mesa de Madeira, 9 ovos de avestruz, texto pintado | Wood table, 9 ostrich eggs, painted text

Colaboram neste número

Ana Margarida Ferreira | *Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz*

Ana Godinho | *Museu Nacional de História Natural e da Ciência da UL*

Ana Paula Cardoso | *Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz*

Anabela Bento | *Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz*

Catarina Mateus | *Museu Nacional de História Natural e da Ciência da UL*

Catarina Simões | *Museu Nacional de História Natural e da Ciência da UL*

Daniel Inoque | *docente de Museologia, Património Cultural e História de África no Instituto Superior de Artes e Cultura, Moçambique*

David Felismino | *Diretor-adjunto do Museu de Lisboa (EGEAC), Secretário do ICOM Portugal*

Elke Kelner | *ICOM Austria*

Elisabete Pereira | *Investigadora do IHC (NOVA FCSH, Univ. Évora), Coordenadora do Projeto TRANSMAT*

Fernando António Baptista Pereira | *Presidente da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa*

Gonçalo Amado | *Museu de São Roque e ICOM Portugal*

Guido Gryssels | *Diretor do Africa Museum Bélgica*

Hanna Pennock | *Senior Advisor and Project Manager, Cultural Heritage Agency of the Netherlands*

Jaime Nogueira Pinto | *Professor Universitário e escritor*

Joana Belard da Fonseca | *Directora-Adjunta do Museu do Oriente*

José de Guimarães | *Artista e colecionador*

Judite Primo | *Investigadora Principal da FCT e titular da Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural"*

Leonor Amaral | *aluna de Doutoramento FLUL e Bolseira da FCT*

Lucília Chuquela | *ICOM Moçambique*

Luis Pérez | *Museo Nacional de Antropologia e ICOM Espanha*

Luís Raposo | *Presidente do ICOM Europe*

Mário Moutinho | *Reitor da Universidade Lusófona*

Marta Costa | *Museu Nacional de História Natural e da Ciência da UL*

Nélia Dias | *Diretora do Departamento de Antropologia da Escola de Ciências Sociais e Humana*

Natália Correia Guedes | *Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes*

Oliva Cachafeiro | *Directora del Museo de Arte Africano Arellano Alonso de la Universidad de Valladolid*

Pedro Teotónio Pereira | *Museu de Lisboa -Santo António*

Rogério Abreu | *Museu Nacional de História Natural e da Ciência da UL*

Vasco Araújo | *Artista plástico*

Ficha Técnica

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 17, Dezembro 2021 | ISSN 2183-3613
Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal. O boletim adopta a antiga ortografia.
Editora: Sofia Marçal
Projecto gráfico: Mariana Gaudich
Desenho da capa e dos separadores: Vasco Araújo
Agradecimentos: Martim Abreu Rocha

ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com | http://www.icom-portugal.org
https://www.facebook.com/icomportugal

Índice

Editorial 3

Mensagem da Presidente 11

Breves 14

- *Assembleia Geral do ICOM Portugal*
- *Definição de Museu – ponto de situação*
- *Dia dos Museus 2022*
- *Conferência Geral Praga 2022*
- *Projeto HELP*
- *Encontros de Outono ICOM 2021*
- *Prémio Museu Conselho da Europa 2022*
- *CIDOC*
- *Bolsas ICOM Portugal*
- *Atas dos Encontros de Países de Língua Portuguesa on line*
- *Formação – Curso de Gestão de Risco em Património*
- *IV Jornadas da RMA-Rede de Museus do Algarve*
- *Júri do Prémio Museu Europeu do Ano, EMYA 2022, reúne no Museu de Portimão*

Em Foco • MUSEU NACIONAL DO TRAJE. CINQUENTENÁRIO DE UM PROJETO PIONEIRO. 21
Natália Correia Guedes

Em Foco • AS COLECÇÕES EXTRA-EUROPEIAS 51

- Património científico colonial num tempo pós-colonial. As coleções antropológicas fotográficas do Instituto de Investigação Científica Tropical 52
  Ana Godinho, Catarina Mateus, Catarina Simões, Marta Costa e Rogério Abreu. Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa
- A Museologia e a Guerra Cultural 66
  Jaime Nogueira Pinto. Professor Universitário e escritor
- Coleções extra-europeias em Portugal: o exemplo do Museu do Oriente 68
  Joana Belard da Fonseca, Directora-Adjunta do Museu do Oriente
- As colecções estrangeiras de José de Guimarães 73
  José de Guimarães, Artista e colecionador
- Os marfins luso-africanos do reino do Benim 78
  Leonor Amaral, aluna de Doutoramento FLUL e Bolseira da FCT
- Coleções Africanas em Museus Europeus – Sua Restituição ou Gestão Compartilhada dos Bens Culturais 87
  Lucília Chuquela ICOM Moçambique e Daniel Inoque, docente de Museologia, Património Cultural e História de África no Instituto Superior de Artes e Cultura, Moçambique
- Acervos coloniais: para uma leitura crítica das heranças 91
  Mário Moutinho, Reitor da Universidade Lusófona e Judite Primo, Investigadora Principal da FCT e titular da Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural"

- Coleções não europeias em museus europeus: questões e desafios 98
  Nélia Dias, Diretora do Departamento de Antropologia da Escola de Ciências Sociais e Humana
- ¿Arte africano en plena meseta castellana? 108
  Oliva Cachafeiro, Directora del Museo de Arte Africano Arellano Alonso de la Universidad de Valladolid
- Santo António pelo mundo 114
  Pedro Teotónio Pereira, Museu de Lisboa -Santo António

À Conversa com Natália Correia Guedes – Entrevista realizada por Sofia Marçal 118
Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes

Apresentação dos resultados do inquérito ICOM Portugal sobre colecções não europeias em coleções e museus nacionais 125
Gonçalo de Carvalho Amaro, Técnico superior no Museu de São Roque,
Vogal do Conselho Fiscal do ICOM Portugal e David Felismino, Diretor-adjunto do Museu de Lisboa (EGEAC), Secretário do ICOM Portugal

Encontros de Outono ICOM 2021 136

- As coleções não europeias do Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz 138
  Ana Margarida Ferreira, Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz Ana Paula Cardoso, Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz, Anabela Bento Conservadora do Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz e Elisabete Pereira. Investigadora do IHC (NOVA FCSH, Univ. Évora), Coordenadora do Projeto TRANSMAT
- ICOM Austria – our responsibility for objects with contested history 149
  Elke Kellner, ICOM Áustria
- Alguns pontos prévios e propostas de estratégia no que respeita às questões de devolução de bens culturais. 153
  Fernando António Baptista Pereira, Presidente da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa
- African cultural heritage: reconstitution and restitution 156
  Guido Gryssels, Diretor do Africa Museum, Bélgica
- Traces of slavery and colonial history in the museum collection 162
  Experiences in the Netherlands
  Hanna Pennock. Senior Advisor and Project Manager, Cultural Heritage Agency of the Netherlands
- A través del espejo. Repensar las colecciones del Museo Nacional de Antropología 169
  Luis Pérez Museo Nacional de Antropologia e ICOM Espanha
- Colecções extra-europeias: O elefante na sala que ninguém quer ver, preferindo concentrar-se em moscas 179
  Luís Raposo, Presidente do ICOM Europe

Webinares 188

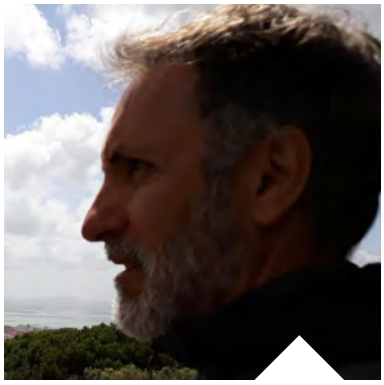
Publicações 190

Em Foco

As Colecções extra-europeias

Do mesmo e do outro..#3 / On the same and the other ... #3, 2019
Vasco Araújo | 128 x 36 x 41cm

Património científico colonial num tempo pós-colonial. As coleções antropológicas e fotográficas do Instituto de Investigação Científica Tropical



Ana Godinho, Catarina Mateus, Catarina Simões, Marta Costa, Rogério Abreu

Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa

The anthropological and photographic collections of the Tropical Scientific Research Institute were, mainly, assembled during several scientific missions to the former Portuguese colonies in Africa and Asia. Thousands of objects and artifacts were collected and thousands of photographs were taken, which were, officially, intended to characterize "Man, his way of live and sacred rituals". This paper aims to reflect on the colonial heritage in museums, in the light of several concepts that place the decolonization of museums at the heart of the debate. The focus is on the importance of furthering a collaborative and inclusive work with the communities of origin of these collections.

Introdução

Em 2015, com a extinção, por fusão, do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e a integração de grande parte do seu património na Universidade de Lisboa, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) tornou-se no museu português com o mais vasto e significativo acervo de coleções científicas coloniais (Casanova & Romeiras

2020, 2). As Coleções Históricas e Científicas do IICT foram constituídas no âmbito de missões científicas realizadas nas antigas colónias portuguesas, promovidas pela Junta de Investigações do Ultramar e organismos antecessores, entre o último quartel do século XIX e as descolonizações ocorridas em 1975. Estas coleções são fontes imprescindíveis para o estudo da história de várias áreas científicas e tecnológicas, bem como para o estudo da política científica colonial desse período (Castelo 2021). À luz dos debates que hoje mobilizam setores da política, da cultura e do património, é imperativo refletir sobre a forma como estas coleções são estudadas e apresentadas aos públicos, assumindo-se de forma clara o contexto histórico de dominação e, muitas vezes, de violência em que os objetos que lhes estão associados foram utilizados ou reunidos, e adotando estratégias inclusivas e inovadoras de modo a alcançar novos conhecimentos sobre as mesmas. Neste artigo apresentamos o trabalho que a equipa do MUHNAC tem desenvolvido nos últimos anos e que planeia prosseguir com as coleções de etnografia, arqueologia e fotografia, à luz das atuais abordagens problematizadas pelas ciências sociais e das novas práticas museológicas relativas ao património colonial e à herança e memória do colonialismo.

A história do IICT é indissociável da história do último império colonial português[1]. No final do século XIX, num contexto internacional de fervor imperialista e reforçado interesse europeu em África, vários países, entre os quais a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica, ou a Alemanha, disputavam o domínio de territórios africanos. Este período, que é comummente referido como de "corrida a África" ou "partilha de África", teve o seu momento mais emblemático na famosa Conferência de Berlim (1884-1885), em que diversos países europeus e os Estados Unidos da América se reuniram para decidir como dividir e partilhar grande parte do continente africano. Nesta conjuntura, o conhecimento científico e técnico foi instrumentalizado pelos países europeus colonizadores, por um lado, como uma forma de legitimar as suas pretensões relativamente a territórios em disputa, e por outro, para potenciar a exploração económica de territórios efetivamente colonizados[2]. É neste contexto geral que se inscreve, em 1883, a criação da Comissão de Cartografia. Integrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar, a Comissão conheceu vários nomes, reformas e atribuições ao longo da sua existência de mais de cem anos[3]. Os seus objetivos contemplavam proceder ao estudo geográfico dos territórios coloniais, tendo participado também em negociações diplomáticas com outros países europeus para a definição e demarcação de fronteiras em África (Santos 2006). Esta manteve-se a sua principal função até meados da década de 1940. A partir de 1936, e sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, já enquanto Junta de Investigações Coloniais (JIC), alargou os seus horizontes de ação a outros campos do saber. Assim, foram promovidas missões antropológicas e antropobiológicas, zoológicas e botânicas, entre outras, com vista a um mais amplo reconhecimento científico das colónias.

As coleções de etnografia, arqueologia e fotografia foram constituídas, como referimos, no âmbito destas missões científicas. As suas origens, a pesquisa desenvolvida e os resultados foram indelevelmente influenciados e marcados pelo pano de fundo colonial. A ciência que instituições oficiais dos países colonizadores, como a JIC/JIU, no caso de Portugal, promoviam e produziam sobre as colónias tinha como objetivo último contribuir para o sucesso da colonização, e garantir uma exploração produtiva daquelas, em benefício da metrópole. Neste sentido, parte significativa dos estudos de antropologia, na origem das coleções arqueológicas e etnográficas, tinham como principal desígnio aferir as "características somáticas e possibilidades psicofísicas dos diferentes povos e tribos coloniais"

– com vista à identificação dos indivíduos mais e menos aptos para o trabalho, numa lógica de rentabilização dos recursos humanos das colónias que igualava a rentabilização dos recursos naturais –, visando ainda coligir informações com vista a otimizar a administração das populações dominadas (Castelo 2012). Em suma, cimentar a agenda política do colonialismo português.

Com o desmantelamento formal dos impérios coloniais e o surgimento da teoria e dos estudos pós-coloniais, começaram a ser questionadas as narrativas vigentes sobre o imperialismo, o colonialismo e os seus legados, até então sempre interpretados sob o ponto de vista dos colonizadores. Como resultado, sobretudo nas últimas décadas, os museus do chamado "Norte Global" têm sido instados a refletir de forma crítica sobre as suas coleções e a repensar as práticas e discursos que adotam em relação às mesmas. Inicialmente, este processo verificou-se sobretudo em museus etnográficos, que, devido às especificidades das suas coleções – grande parte das quais reunidas no âmbito de atividades imperialistas – lidam diretamente com questões relacionadas com a representação do "outro" não europeu, sendo por esse motivo particularmente evidente a necessidade de adotarem uma perspetiva pós-colonial (Castelli, 2019). Nos últimos anos, a discussão estendeu-se a todos os museus com objetos reunidos em contexto colonial, como os museus de arte, ou os de história natural, estes últimos, é importante notar, com coleções que convocam questões centrais para a compreensão dos diversos legados do colonialismo, desde o contributo dos impérios para a exploração predatória e abusiva dos recursos naturais extraeuropeus, ao caráter marcadamente eurocêntrico da ciência produzida sobre o mundo natural, que tende a não reconhecer os contributos e perspetivas de agentes não europeus[4]. São vários os museus internacionais de referência que, recentemente, e de forma mais ou menos mediatizada, procederam a uma adaptação não só dos seus discursos expositivos, mas também das práticas que adotam no estudo e tratamento das suas coleções. O Tropenmuseum (Amsterdão), o Museu Etnográfico de Estocolmo, o AfricaMuseum (Tervuren), o Pitt Rivers Museum (Oxford), os Museus de História Natural de Londres e de Berlim são exemplos a destacar que refletem estratégias diferenciadas no modo como passaram a interpelar as suas coleções.

À incorporação do IICT na Universidade de Lisboa seguiu-se um momento de especial galvanização e mediatismo do debate em torno do património colonial e da necessidade de se descolonizar os museus, motivado em parte pelo conhecido discurso de Emmanuel Macron na Universidade de Ouagadougou (Burkina Faso), em que o presidente francês assumiu como prioridade para os cinco anos seguintes a restituição, temporária ou definitiva, de artefactos africanos aos seus países de origem (Macron 2017); subsequentemente, encomendou aos académicos Felwine Sarr e Bénédicte Savoy um relatório sobre esta questão (Sarr & Savoy 2018). Pouco depois, a Associação dos Museus Alemães publicou a primeira versão das suas orientações práticas para o tratamento de coleções provenientes de contextos coloniais (Deutscher Museums Bund, 2021).[5] Ambos os documentos são, hoje, contributos incontornáveis para o debate e o estudo desta temática. Neste quadro, o processo de requalificação do património do IICT no MUHNAC foi marcado por um entendimento da necessidade de se refletir sobre estas coleções, incentivando novas leituras, críticas, multiperspetivadas e mais inclusivas, e procurando implementar as atuais recomendações internacionais. Desde 2018 que está em curso o aprofundamento da pesquisa de proveniências das coleções de etnografia recolhidas no âmbito das missões científicas a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste, bem como a identificação preliminar dos objetos histórica e culturalmente sensíveis através de uma checklist elaborada para

este fim. A par destes levantamentos, têm sido estabelecidos contactos com associações de migrantes e de afrodescendentes com vista não só a aumentar o acesso a estas coleções, promovendo a diversificação de públicos, mas sobretudo procurando o desenvolvimento de perspetivas e narrativas mais diversas e participadas sobre este património.

As coleções de arqueologia e etnografia das missões antropológicas

As coleções de arqueologia e etnografia do IICT foram constituídas entre 1936 e 1975, tendo a maioria dos objetos sido reunida pelas missões antropológicas organizadas às antigas colónias portuguesas de África e da Ásia. Oficialmente, estas missões tinham como principal foco o "conhecimento do Homem" e a recolha de dados antropométricos sobre as populações locais (imagem 4). Foram dirigidas sobretudo por antropólogos físicos, com formação na área das ciências naturais, nomeadamente Joaquim R. dos Santos Júnior (1901-1990), do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, em Moçambique; Amílcar Magalhães Mateus (1911-1996?), zoólogo de formação e professor na mesma universidade, na Guiné-Bissau; e António de Almeida (1900-1984), médico e membro da JIU, em Angola e Timor-Leste.

A recolha de artefactos arqueológicos e etnográficos tinha um caráter secundário face aos objetivos principais destas missões; ainda assim, foram recolhidos e trazidos para Lisboa milhares de objetos que ainda hoje são objeto de estudo. Esta recolha era efetuada diretamente no local pelas equipas, ou através da informação coletada e transmitida pelos administradores de postos, missionários e outros agentes locais. Não era, pois, uma recolha organizada e sistemática, mas fruto de achados fortuitos em contexto de obras, informações transversais e ofertas[6], que se traduzem, ainda assim, num espólio de grande relevância patrimonial do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Assim, na coleção de arqueologia do IICT encontram-se contabilizados cerca de 28 mil artefactos, líticos na sua maioria, resultado de prospeções e de pequenas escavações arqueológicas[7] (imagem 8); em relação à coleção de etnografia, contamos aproximadamente 870 objetos de várias categorias, como adereços e objetos de adorno, objetos de uso ritual, máscaras (imagem 6), instrumentos musicais, escultura, cestaria, etc. O IICT tem, ainda, à sua guarda um conjunto de 16 mil cartões com amostras de sangue de diferentes grupos étnicos, recolhidas durante as missões antropológicas a Angola, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe.[8]

As coleções de fotografia

As coleções de fotografia do IICT constituem um relato visual das missões científicas realizadas nas colónias portuguesas. As primeiras fotografias datam de 1890 e vêm até ao período pós-independências, sob a designação de "missões de cooperação científica". Das 32 coleções já identificadas até ao momento, apenas três se inscrevem no último período.

Numa primeira fase, a fotografia documenta os trabalhos de geodesia e de demarcação de fronteiras; a partir de 1936, alarga o âmbito de estudo às missões geográficas, geo-hidrográficas, antropológicas, botânicas, e zoológicas[9]; nas décadas de 1950 e 1960 surgem as missões impulsionadas pelos planos de fomento do Estado Novo, cuja investigação era especialmente vocacionada para a exploração económica de recursos naturais: estudos de biologia marinha, florestais, agronómicos, de defesa fitossanitária, pedológicos, geológicos, arquitetónicos, económicos, etc.

Até à década de 1970, a fotografia é integrada em relatórios técnicos e publicações científicas. A partir daí, a existência de fotografia nos arquivos do IICT reduz-se substancialmente, presumindo-se que tenha assumido um papel mais pessoal e permanecido nos arquivos privados dos investigadores[10].

As fotografias documentam não só os trabalhos de campo durante as missões científicas, mas também o trabalho de investigação e de laboratório, de análise dos dados recolhidos, reuniões, colóquios, comemorações e eventos. Têm uma natureza de reportagem e registo, permitindo, nalguns casos, reconstituir os vários aspetos do trabalho das equipas, e abarcando, noutros casos, a envolvência, os lugares e as comunidades com que se cruzaram. A possibilidade de realizar cruzamentos e relações da fotografia com a restante documentação escrita e publicada, bem como com as outras coleções científicas do IICT, nomeadamente os instrumentos científicos, objetos etnográficos, amostras recolhidas em campo, entre outros, permite uma visão e estudo mais holístico destas missões.

Dado o período alargado de produção fotográfica, o acervo contém mais de 140 mil fotografias, constituindo uma fonte de informação sobre o modo como a ciência foi produzida em Portugal e nos territórios colonizados durante os finais do século XIX até finais do século XX, e que reflete a história do poder colonial exercido e legitimado pela ciência.

E agora? Perspetivas do trabalho em curso

Em meados de 2018, o documento que a Associação dos Museus Alemães preparou com recomendações sobre o tratamento de coleções coloniais assinala a responsabilidade social, política e ética de os museus examinarem de forma crítica as coleções de contextos coloniais que têm à sua guarda. Um elemento essencial para esta análise crítica é, primeiramente, o reconhecimento do carácter sensível destas coleções; por outro lado, é também fundamental destrinçar os diferentes níveis de sensibilidade associados a tipologias de objetos distintas, de forma a adequar as práticas e os discursos relativos aos mesmos. Deve considerar-se como "historicamente sensível" qualquer objeto ou coleção adquirida ou produzida em contexto colonial, na medida em que a sua aquisição, utilização ou produção envolveu frequentemente o uso da força, ou promoveu/reforçou o estabelecimento de relações de domínio e dependência; para além disso, muitos destes objetos refletem e veiculam ideias coloniais, racistas, ou discriminatórias, devendo, por isso, a sua história e natureza ser analisada e transmitida de forma cuidada pelos museus. Também fundamental é a identificação de objetos e coleções "culturalmente sensíveis", categoria que diz respeito não ao contexto de produção do objeto, mas ao significado que possa ter para as comunidades de origem; assim, objetos cerimoniais ou religiosos, bem como quaisquer tipos de restos humanos, e por vezes também imagens de pessoas registadas em fotografia ou vídeo, devem considerar-se como "culturalmente sensíveis" e potencialmente problemáticos. Com frequência, estes objetos são sujeitos a normas específicas de manuseamento ou a restrições de acesso nas suas comunidades de origem, podendo mesmo ser considerados perigosos, sendo imprescindível que se faça a sua identificação e que se estabeleçam procedimentos adequados para o seu tratamento, descrição e disponibilização aos públicos, num processo colaborativo e de envolvimento ativo com as comunidades de origem (Deutscher Museums Bund, 2021). Uma vez que todas as coleções do IICT são historicamente sensíveis, contendo as coleções das missões antropológicas e os arquivos fotográficos associados um volume considerável de

objetos/documentos culturalmente sensíveis, que já se encontram identificados, de seguida apresentamos alguns dos problemas com que o Museu se depara na sua gestão, e também algumas das estratégias adotadas para a sua interpretação e disseminação.

As coleções histórias e científicas do IICT têm sido alvo de tratamento continuado desde 2005[11], com o objetivo de melhorar a gestão e o acesso ao património. Inicialmente focado na conservação e acesso, este trabalho permitiu a disponibilização ao público de um grande volume de imagens, objetos digitais e metadados, através do repositório digital ACTD[12], o que levou a um aumento do interesse nacional e internacional pelo estudo destas coleções.

O tratamento continuado conduziu também a uma perceção sobre o caráter problemático da disponibilização destes objetos e documentos fotográficos, bem como os significados e usos que podem potenciar. Com a passagem destas coleções para o contexto do museu, cuja missão se dirige a um público heterogéneo, o seu estudo passou a suscitar outro tipo de questões que importa registar. Como divulgar e expor estas coleções, e como definir prioridades de tratamento e acesso? Como disponibilizar as imagens consideradas mais sensíveis de retratos, de nudez, da dimensão do sagrado? Como reinterpretar estes contextos? Como fazer a comunicação destes objetos e promover o debate com os mais variados públicos? De que forma se deve posicionar o museu para que não seja apenas um repositório de coleções com origens complexas e perturbadoras?

Respostas lineares a estas questões estão por dar. Mantém-se a reflexão, o questionamento, a aprendizagem, e a total abertura ao debate; o estudo das experiências conhecidas de outros arquivos e museus é também fundamental. A articulação das dimensões arquivística e museológica, que o património do IICT combina, multiplica as possibilidades de análise e leva-nos a uma reflexão mais plural. O arquivo proporciona a sistematização e organização de uma grande massa documental, com várias tipologias de fontes que se interligam[13], sem as quais se perderia toda uma sequência factual. Simultaneamente, salvaguarda a organização original, e documenta o contexto de produção e a história administrativa e custodial, permitindo a investigação multidisciplinar. Num outro plano, o objeto museológico, quando exposto, chega a vários tipos de público, explorando e interligando histórias dentro da narrativa concebida, o que proporciona outras leituras e perspetivas de análise, trazendo novas camadas de conhecimento.

Numa perspetiva de tradição arquivística, no que respeita à divulgação das coleções de fotografia, a opção tem sido a de transcrever as legendas originais, independentemente do conteúdo sensível que possam ter, ou das perspetivas e ideias problemáticas que possam veicular, sendo esse conteúdo publicado online com a ressalva de que se trata das descrições originais, sem qualquer interpretação ou alteração. Contudo, quando iniciámos o tratamento da documentação fotográfica das missões antropológicas, a problematização da forma como a sua disponibilização é feita tornou-se mais imperativa, dadas as questões éticas particulares que levanta. O foco destas missões assentava no estudo "bioétnico" (DL 34 478), através do "reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colónia, seus indivíduos, sua sistematização e definição das suas condições de vitalidade"[14], através da recolha de dados antropométricos e serológicos. O registo fotográfico constitui um apoio visual aos trabalhos de catalogação e categorização de pessoas realizados pelas equipas de investigadores, alinhados com uma antropologia naturalista colonial, que se afastava da antropologia do norte da Europa, sobretudo no pós II Guerra[15].

Estas fotografias configuram conjuntos seriados de retratos de indivíduos, de frente e

perfil (imagens 1 e 2); fotografias de medições antropométricas (imagem 4), de recolha de amostras de sangue (imagem 3), de pormenores de deformações, de tatuagens, escarificações, modificações intencionais de dentes[16] (descritas como mutilações). As fotografias das missões antropológicas e etnológicas foram arquivadas, não pela ordem da sua produção, mas tematicamente, por categorias estabelecidas originalmente pelos cientistas: categorias que remetem para "tipos" (i.e., grupos étnicos), e em menor escala, para temas como "religião", "habitação", "indumentária", "mutilações", "adornos", "vida na missão". Por este motivo, o arquivo fotográfico das missões antropológicas, em particular, suscita uma série de questões de relevante interesse quanto à digitalização em massa, a sua forma de descrição e organização e a disponibilização online.

Nas duas últimas décadas assistiu-se, a nível global, a um grande investimento em sucessivas campanhas de disponibilização online de arquivos, aumentando exponencialmente o acesso público às fontes. É inquestionável o potencial que esta disseminação em massa encerra. No entanto, quando se trata de fotografia em contexto colonial, realizada com base em pressupostos racistas e de dominação da população, nalguns casos, através da opressão ou subjugação violenta, consideramos que deve existir uma reflexão acrescida no que diz respeito à digitalização em massa e sobretudo disponibilização em acesso aberto. Não invocamos aqui questões legais, mas preocupações éticas.

Atualmente, a lei salvaguarda os direitos de imagem e de proteção de dados; não seria desejável, então, que as comunidades representadas nestas fotografias tivessem um papel ativo na discussão sobre a partilha destes documentos? Por outro lado, de que forma garantimos o acesso por parte destas comunidades a estes recursos digitais? De que forma a disponibilização serve estas comunidades? E de que forma a disponibilização nos moldes atuais, seguindo uma organização arquivística que é, em si, um testemunho do seu tempo de produção, não contribui para perpetuar a existência de um racismo sistémico, institucional e epistemológico, bem como a sobrevivência de ideias eurocêntricas e colonialistas?[17]

Contrapor novas formas de descrição em paralelo com a organização e descrição originais através do tratamento arquivístico e museológico pode ser uma solução promissora para uma abordagem contemporânea, pós-colonial, a estas coleções. Daniela Agostinho (2019) questiona, com alguma provocação e pertinência, se as bases de dados, ao replicarem a organização original dos registos, e manterem a nomenclatura do período colonial, não estarão a replicar as ações desse mesmo período. O desafio está em introduzir, de forma paralela, novas camadas de informação, logo ao nível da consulta e acesso das fontes primárias através da forma de se tratar e descrever as mesmas. Num plano mais interpretativo, outras soluções poderão passar pela promoção de contra-narrativas, através de produções artísticas, textos de autor, artigos de opinião, recolhas de memória oral e escrita, procurando uma abordagem mais holística e plural aos objetos, incluindo as vozes e reconhecendo autoridade aos que direta ou indiretamente estão representados nestas coleções[18]. Colocar os documentos em diálogo com as comunidades de origem ou com aqueles que as representam, e estabelecer colaborações entre países "depositários" e os países representados nestas imagens são vias a explorar na obtenção de novos dados sobre as fotografias.

Atualmente, algumas destas abordagens estão em curso com as coleções de fotografia e de antropologia do IICT. A associação cultural Canto do Curió tem em desenvolvimento a realização de um workshop para a criação de uma revista antirracista a partir dos arquivos fotográficos do IICT. Com base neste material, pretende "encontrar as provas do crime",

reinterpretando as fotografias de fronteira das missões geodésicas, manipulando-as e contrapondo-as com as originais[19]. Imagens desta mesma coleção têm sido utilizadas no trabalho desenvolvido pela artista plástica e professora Helena Elias, através de residências artísticas no agrupamento de escolas de Amadora Oeste, na disciplina de Fotografia e Técnicas Aplicadas, tendo como ponto de partida o desafio "como descolonizar a educação através de práticas artísticas?"[20]. Em 2022, estes trabalhos e outros vão fazer parte da programação expositiva do MUHNAC, com a curadoria do projeto Photo Impulse[21], do qual o museu é parceiro.

Outras ações do museu adotam abordagens de cariz comunitário, representando opções que é desejável desenvolver e aprofundar. No âmbito da exposição "Moranças - Habitats Tradicionais da Guiné Bissau", organizada a partir da coleção de fotografia da Missão de Estudos do Habitat Nativo da Guiné (1959-1960), realizou-se em 2019 uma atividade-piloto, integrada num pacote de trabalho do consórcio PRISC (Portuguese Research Infrastructure of Scientific Collections) subordinado ao tema "Scientific collections as enhancers of social cohesion and inclusion". Nesta atividade, em parceria com o Serviço Jesuíta aos Refugiados, um grupo de migrantes, na sua maioria da Guiné-Bissau, foi convidado a visitar a exposição e a participar ativamente na visita guiada, resultando numa partilha de experiências e emoções que se revelou enriquecedora no conhecimento que trouxe aos exemplares em exposição. O evento repetiu-se, originando outras ideias, tais como o projeto de recolha de memória oral, "Vozes da Guiné Bissau", realizado pela antropóloga Elisabeth Rio-Brooks. Nesta recolha foram registadas memórias pessoais de cinco mulheres guineenses, evocadas pelas fotografias da exposição; posteriormente, foi feito um trabalho de edição e seleção destes testemunhos juntamente com as autoras.

Ainda fruto de contactos estabelecidos com associações da sociedade civil, o Museu acolheu a proposta da DJASS – Associação de Afrodescendentes, de coorganizar oito sessões de conversas informais denominadas 'Djumbai descolonial'. Nestas sessões, que decorreram online e presencialmente, foram disponibilizados a um grupo de estudantes afrodescendentes documentação de arquivo, fotografias e objetos da coleção de etnografia das missões antropológicas com o objetivo de dar espaço a interpelações críticas sobre os materiais das missões coloniais antropológicas portuguesas. Prevê-se que um dos resultados deste projeto-piloto, ainda em desenvolvimento, seja a edição de um documentário e espera-se que seja um ponto de partida para a reflexão crítica em torno destas coleções, constituindo um importante contributo para o desenvolvimento de narrativas históricas e museológicas mais diversas e participadas, das quais as vozes negras ainda permanecem larga e surpreendentemente excluídas.

Reflexões e questões de futuro

Estes exemplos demonstram como é imperativa uma reflexão consistente sobre as potencialidades e o dever ético de os museus promoverem o alargamento social e comunitário do acesso e uso deste património, e como é urgente alterar a forma como os museus se relacionam com os públicos e constroem discursos sobre as coleções.

Para tal acontecer, é fundamental promover o debate e a reflexão entre os profissionais dos museus, sendo que o alargamento e a diversidade social não podem ser só exigidos para os públicos dos museus, devendo sobretudo ser promovidos ao nível das suas equipas.

Se temos como objetivo que os museus funcionem, para os públicos, como espaços de inclusão, de partilha e de interrogação, é necessário que também os seus profissionais vejam o seu local de trabalho como um lugar socialmente diverso, de igualdade de oportunidades, e um espaço seguro para o confronto de ideias.

O sucesso será tanto maior se as equipas que trabalham nos museus, para além da desejável diversidade na sua composição, investirem também na criação de redes colaborativas externas, como por exemplo com entidades da sociedade civil sediadas na proximidade dos museus, abrindo os seus acervos a uma exploração inovadora e a uma metodologia de trabalho de conhecimento mútuo partilhado.

As coleções coloniais, e especificamente as das missões antropológicas, incluindo os respetivos arquivos fotográficos, são paradigmáticas de como o desenvolvimento de novas práticas é necessário para o estudo, interpretação e divulgação de coleções em contexto de museus. Neste caso, é imperativo que as instituições assinalem, de forma crítica, como a ciência produzida em contexto colonial, realizada ao abrigo de uma ideologia de dominação, foi tantas vezes redutora, contribuindo para uma depreciação cultural do outro. A objetificação e desumanização do outro, levada a cabo pela investigação científica –, e que se materializou, por exemplo, em estudos antropométricos e em estudos como o que deu origem à coleção de sangues do IICT –, contribuíram de forma evidente para a estruturação e difusão do racismo científico, cujas ramificações subsistem na sociedade atual e que é preciso reconhecer e combater. Consideramos que os museus, enquanto depositários dos registos materiais destes processos, devem ter um papel interventivo nessa desconstrução.

O trajeto das coleções que aqui foram apresentadas e que têm sido trabalhadas pela equipa do MUHNAC, bem como pelos projetos colaborativos enunciados, demonstram que o conhecimento sobre os acervos que os museus guardam, preservam e difundem é um trabalho progressivo, nunca encerrado, e sempre ativo. É neste processo que se chega a novas perspetivas de abordagem sobre os objetos.

Estas assunções que estabelecem o modo como os museus devem alicerçar as suas práticas aplicam-se não apenas aos acervos aqui focados, mas à generalidade das coleções constituídas em contexto colonial, que se encontram no centro de debates internacionais e nacionais pela carga histórica de dominação e subjugação que transportam. Deve ser feita uma referência especial às coleções de história natural e de ciência, que no panorama nacional têm tido pouca atenção nos fóruns de discussão sobre estas temáticas, ao abrigo de uma suposta neutralidade do conhecimento científico, mas que também refletem na sua constituição as mesmas lógicas de domínio colonial. Neste âmbito, têm estado em discussão termos como "descolonizar museus", "novas narrativas", "contra-narrativas" e "re-significação", como conceitos operativos que visam uma reparação da história do colonialismo. Trata-se de um processo em que se faz uma "caminhada" de resgate e afirmação de identidades culturais a partir de documentação histórica e científica que pouco tem sido pesquisada sob essa perspetiva.

Muito há a fazer neste domínio. Para que esta frente de trabalho se intensifique, os museus têm que sair da sua zona de conforto e democratizar o acesso ao seu território. E neste âmbito, urge uma clarificação da visão e das estratégias a implementar pelos museus portugueses sobre as suas coleções extraeuropeias. Os debates no panorama museológico português têm-se centrado sobretudo em torno da questão da restituição de objetos e, sendo esta uma matéria de relevância indiscutível, a reflexão sobre estas coleções não se pode esgotar aí,

nem na fundamental e urgente pesquisa de proveniência dos acervos. É necessário, também, o desenho de estratégias comprometidas a médio e longo prazo, de trabalho de colaboração efetiva com comunidades de origem, de acolhimento de novas perspetivas, e sobretudo de investimento em equipas qualificadas e inclusivas.

O trabalho dos museus em torno das coleções coloniais afigura-se assim como uma oportunidade. O filósofo Paul Virilio (1932-2018) desassossegou-nos o pensamento quando trouxe à discussão crítica a aceleração do mundo contemporâneo. Os museus devem saber estar no tempo presente, refletindo-o. Para tal, primeiramente, têm que saber olhar e escutar o mundo no seu ritmo atual de aceleração vertiginosa e, depois, apresentar toda a sua complexidade no espaço do museu. O museu ganhará se, de forma sistemática e comprometida, souber estabelecer relações de significado entre as coleções que guarda, o seu valor histórico, e como essas mesmas coleções podem ser interpeladas à luz de questões atuais, que nos levem a refletir sobre as sociedades contemporâneas e os seus desafios. ◆

Imagens e Legendas

Imagem 1. Ficha da coleção de fotografia da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1947-1948). Os retratos individuais, também por vezes em grupo, eram normalmente realizados sobre um fundo neutro, de frente e perfil. As provas eram depois organizadas em fichas com descritivo no verso. Neste caso: "Ebude, mulher bijagó de Ilha Formosa, com peliça de ráfia e um balaio na cabeça para proteger o filho da chuva". Haveria a intenção de colocar estes retratos nas fichas com medições antropométricas, o que não chegou a acontecer. Refira-se, ainda, que ao contrário da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, os retratos tirados nas missões antropológicas em Angola, Moçambique e Timor não identificam as pessoas. Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col.MAEG 36735.

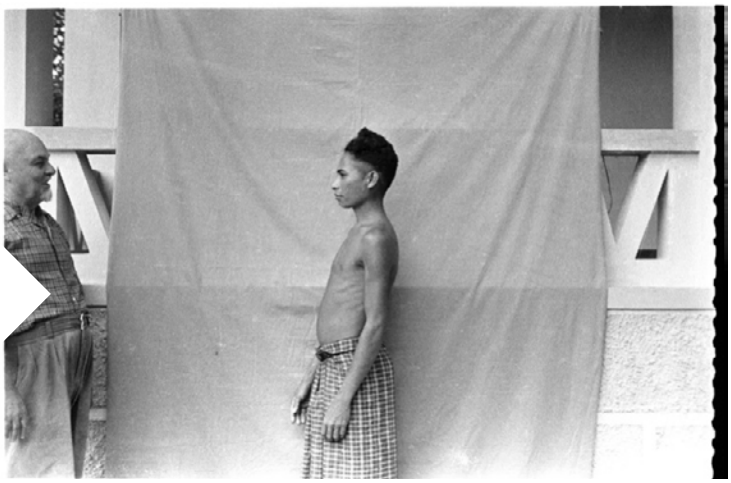


Imagem 2. Retrato de perfil de homem timorense, cuja legenda original refere "Homem Naueti - Afelacai". Arquivo fotográfico da Missão Antropológica de Timor, Campanha de 1952-1953. Este é um exemplo de como, a partir dos negativos, se encontram outras camadas de informação, que na prova final, enquadrada, não são percetíveis. Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col.MAT 26637.

Imagem 3. Segundo a legenda original, a fotografia capta o momento em que o chefe da Missão Antropobiológica de Angola (1948-1955), António de Almeida, realiza a colheita de sangue a Marindre, rainha dos Kamaxi, durante a campanha de 1952. Como é referido no texto, as missões antropológicas também realizaram colheitas de sangue para determinação dos grupos sanguíneos e este arquivo de cerca de 16.000 amostras de sangue apresenta várias questões éticas no seu tratamento, acesso e divulgação. Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col.MAA 35479

Imagem 4. A equipa da Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956) a proceder ao registo das medições antropométricas de uma mulher moçambicana. Segundo os relatórios das missões, estes trabalhos de medição eram realizados com o auxílio dos chefes de posto e de agentes de autoridade locais, que muitas vezes eram encarregados de trazer a população até ao local onde estava sedeada a missão. Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col. MAM 2221.

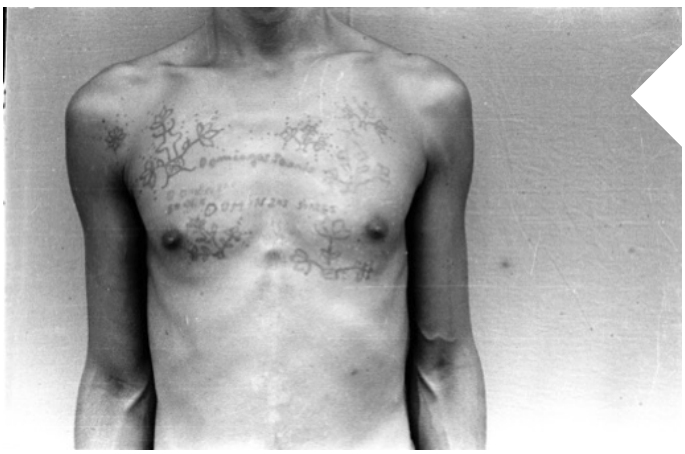


Imagem 5. Para além das medições antropométricas, as equipas das missões antropológicas também registavam outros marcadores físicos e culturais, como as tatuagens, as escarificações, as modificações dentárias, etc. Nestes casos, as fotografias focam os pormenores do corpo, ocultando muitas vezes o rosto dos indivíduos retratados. Aqui, vemos um exemplo do registo fotográfico das tatuagens de um homem timorense, realizado pela Missão Antropológica a Timor durante a campanha de 1953-54. Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col. MAT 32736.

Imagem 6. Cruzamento entre fotografia e objetos etnográficos. Segundo os relatórios das missões antropológicas, é possível, para alguns casos, conhecer a forma como foram recolhidos alguns dos objetos etnográficos que fazem hoje parte da coleção do IICT. Muitas vezes, esses objetos foram fotografados no local de recolha, como é o caso desta máscara trazida pela Missão Antropológica e Etnológica à Guiné e que foi fotografada durante a sua utilização em contexto ritual (ou eventualmente numa encenação) na Ilha Formosa no Arquipélago de Bijagós. É fundamental não só aprofundar a pesquisa de proveniência para se conhecer melhor os processos de recolha, mas também acrescentar novas camadas de conhecimento sobre estes objetos, nomeadamente a sua atual relevância para as comunidades de origem.
Esquerda: Retrato de dois dançarinos Bijagó com a indumentária que seria utilizada durante as danças iniciáticas. Ilha Formosa, Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, 1946. Arquivo fotográfico da MAEG, Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col.MAEG 25837.
Direita: Máscara-cimeira hipópotamo adquirida na 1.ª campanha da MAEG em 1946. Este tipo de máscaras zoomórficas, neste caso representando um hipopótamo, eram usadas no topo da cabeça dos dançarinos em rituais de iniciação masculina ou em ritos de passagem para a idade adulta (Cabáro) dos jovens bijagós entre os 18 e 30 anos. Universidade de Lisboa, UL-IICT-G-608/086.

Imagem 7. Objetos que compunham o instrumental do curandeiro Artur Murino Mafumo, Ñanga da Matola, trazidos pela Missão Antropológica de Moçambique em 1956. Joaquim Santos Júnior, chefe da Missão, conheceu Mafumo quando este se encontrava preso, e todo o seu instrumental havia sido apreendido pelas autoridades coloniais. Através da conversa estabelecida, foi possível recolher não apenas os instrumentos e as mezinhas, mas também os seus receituários, anotados nos manuscritos de Santos Júnior. Tal como referido por Ana Roque (2000), «Pela sua própria natureza esse instrumental é parte integrante de si próprio enquanto Ñanga e, por isso, quando instado a demonstrar as suas capacidades e o seu trabalho, o Ñanga da Matola só pôde dizer que "não pode adivinhar nada porque o chicuembo já saiu dele. O chicuembo já fugiu no momento em que os cipais tiraram a ferramenta dele"».

Imagem 8. Imagem que documenta os trabalhos de prospeção arqueológica realizados pela Missão Antropológica de Timor. "(…) entre 1953 e 1957, [a Missão Antropológica de Timor] foi alargando o âmbito das suas investigações arqueológicas realizando prospeções, identificação de estações e sítios arqueológicos, abertura de valas de sondagens e escavações, não só na região de Laga, como também em Maliana, Suai e Viqueque" (Roque e Ferrão, 2001). Universidade de Lisboa, UL-IICT-Col.MAT 26212.

BIBLIOGRAFIA

Agostinho, D. (2019). Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives. *Archival Science*, 19, 141-165.

Alexandre, V. (2000). *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.

Alexandre, V. (2017). *Contra o vento: Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.

Aljoe, N. & Dillon, E. M. (2017) *The Early Caribbean Digital Archive*. Northeastern University. Disponível online em https://ecda.northeastern.edu/ [consultado a 15.11.2021].

Casanova, C. & Romeiras, M. M. (2020). Legacy of the scientific collections of the Instituto de Investigação Científica Tropical, University of Lisbon: a critical review and outlook. *Conservar Património*, 33, 1-12.

Cascais, F. & Costa, M. (2019). Corpos colonizados: recursos com paisagem em fundo. Uma agenda de pesquisa. *Vista*, 5: *Vista Imperiais: Visualidades coloniais e processos de descolonização*, 101-126.

Castelli, F. (2019). *The decolonisation of the ethnographic museum: A case study on the AfricaMuseum in Tervuren*. Dissertação de mestrado em Museum Cultures apresentada à Birkbeck University of London.

Castelo, C. (1998). *"O modo português de estar no mundo": o Luso-Tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento,

Castelo, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 19 (2), 391-408.

Castelo, C. (2021). Ciência de «Saber Durar»? Missões científicas e desenvolvimento no Império Português Tardio. In M. P. Diogo, C. Luís & M. L. Sousa (Coords.), *Inovação e Contestação, Séc. XX*, 457-483. Vol. 4 de M. P. Diogo & A. Simões (Eds.), *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal*.

Castelo, C., Havik, P. J., & Jerónimo, M. B. (2017) (Eds.), *Historical Trajectories of the Third Portuguese Empire: Re-examining the Dynamics of Imperial Rule and Colonial Societies (1900-1975)*, número temático de *Portuguese Studies Review* 25 (1).

Das, S. & Lowe, M. (2018). Nature Read in Black and White: decolonial approaches to interpreting natural history collections. *Journal of Natural Science Collections*, 6, 4-14.

Deutscher Museums Bund (2021) (Ed.). *Guidelines for German Museums. Care of Collections from Colonial Contexts*. 3ª edição. Berlim: Associação dos Museus Alemães.

Jerónimo, M. B. (2021) (Ed.). *O Império colonial em questão*. Lisboa: Edições 70.

Liryo, A., Souza, S. M., & Cook, D. C. (2011). Dentes intencionalmente modificados e etnicidade em cemitérios do Brasil Colônia e Império. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo*, 21, 315-334.

Lobato, M. (2008). Da *Commissão de Cartographia* ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1883-1893). In T. P. Albino (org.), *Saber Tropical. 125 Anos* (pp. 11-69). Lisboa: IICT.

Macron, E. (2017). Speech at the University of Ouagadougou, 28 November 2017. Disponível no *Élysée* (site oficial da Presidência da República Francesa), em https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2017/11/28/emmanuel-macrons-speech-at-the-university-of-ouagadougou.

Roque, A. (2000). Conversas com Artur Mafumo, Ñanga da Matola. *Anais de História de Além-Mar*, 1, 33-52.

Roque, A. C. e Ferrão, L. (2001). Notas para um inventário do património histórico cultural de Timor Lorosa'e. *Anais de História de Além-Mar*, 2, 423-448.

Roque, R. (2019). The blood that remains: card collections from the colonial anthropological missions. *BJHS: Themes*, 4, 29-53.

Santos, P. C. (2006). As Missões Geográficas (1883-1940). Construção de um documento cartográfico. *Africana Studia*, 9, 17-40.

Sarr, F. & Savoy, B. (2018). *The Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics*. Relatório encomendado pelo Ministério da Cultura da República Francesa.

Vasconcelos, J. L. (1913). Instrumentos pré-históricos da África Portuguesa. *O Arqueólogo Português*, vol.XVIII, pp.174-177.

NOTAS

[1] Para uma panorâmica sobre o IICT e as instituições que lhe antecederam, veja-se, por exemplo, Lobato 2008. Sobre a história do terceiro império colonial português, as últimas décadas conheceram uma vasta produção historiográfica, sendo especialmente relevantes como enquadramento à temática deste texto as obras de Valentim Alexandre, Cláudia Castelo ou Miguel Bandeira Jerónimo (Alexandre 2000 e 2017, Castelo 1998, Jerónimo 2021, e Castelo, Havik e Jerónimo 2017).

[2] Posteriormente, após o final da Iª Guerra Mundial, o desenvolvimento e a civilização dos territórios e povos colonizados passaram mesmo a ser encarados como um dever providencial das potências coloniais, estabelecendo-se uma nova conceção da política colonial como responsabilidade dos colonizadores (vd Castelo 2021, 459).

[3] Em 1936 passou a designar-se Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e em 1945, Junta de Investigações Coloniais. Em 1951, as colónias portuguesas passam a ser chamadas de "Províncias Ultramarinas" numa tentativa de melhorar a imagem internacional de Portugal, uma vez que o estatuto de potência colonial já não se encontrava em conformidade com a nova ordem internacional saída da II Guerra; a Junta passa, então, a denominar-se de Investigações do Ultramar. Em 1979, já em democracia, passa a Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical e por fim, em 1982, torna-se em Instituto de Investigação Científica Tropical (a este propósito veja-se Castelo 2021 e Lobato 2008).

[4] Sobre o caráter problemático das coleções de história natural, veja-se Das & Lowe, 2018.

[5] Esta publicação, cuja primeira edição é de 2018, foi sendo sucessivamente atualizada, tendo a sua terceira e última edição, que citamos, sido publicada em 2021.

[6] Na documentação associada às coleções e em artigos científicos escritos sobre o assunto podemos encontrar exemplos de como estes artefactos eram encontrados. A título de exemplo, em Vasconcelos 1913 podemos ler: "*Lança de sílex de 0m,266 de comprido, que apareceu em Quifagondo (Loanda), numa furna descoberta pela abertura da trincheira do caminho de ferro, próximo desta vila, (...) Encontrada na posição vertical, entre barros e gêsso, à altura de 4 metros, sobre o leito da via. Colheita e oferta do Tenente-Coronel Teixeira de Moraes*" (p. 174).

[7] Note-se que neste artigo apenas são referidos os artefactos recolhidos nas missões antropológicas. Em 1966 foi organizada por Miguel Ramos uma missão de cariz exclusivamente arqueológico, ao Sudoeste de Angola, em que para além do trabalho de prospeção se realizou uma escavação arqueológica que se traduziu na recolha de mais de 101 mil artefactos. Em 1971 seguiram-se as escavações na área de Cabora-Bassa, Zambeze, Moçambique, dirigidas pelo mesmo investigador, que permitiram a recolha de cerca de 1.200 artefactos.

[8] Para uma problematização desta coleção, veja-se Roque, 2019.

[9] Damos como exemplos a Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956), a Missão Botânica a Angola e Moçambique (1942) e a Missão Zoológica à Guiné (1945-1946).

[10] No contexto deste texto exclui-se a fotografia digital criada mais recentemente.

[11] Através de programas como o Arquivo Científico Tropical e Promoção do Saber Tropical, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através de bolsas.

[12] ACTD é a sigla de Arquivo Científico Tropical Digital, repositório digital criado em 2007 para disponibilizar e divulgar as coleções à guarda do IICT. Consultar em linha [https://actd.iict.pt].

[13] Por exemplo, a fotografia, já o dissemos, tem um caráter de reportagem, não é produzida isoladamente; já a cartografia tem uma vasta documentação escrita associada, de cadernos de campo e outros tipos de fontes, e muitos outros exemplos poderiam ser enunciados.

[14] Decreto-Lei no. 34 478, de 03 de abril de 1945, que "Autoriza o Governo a, pelo Ministro das Colónias, organizar e enviar às colónias, missões antropológicas e etnológicas, para o estudo das respectivas populações no ponto de vista bio-étnico". [em linha] https://files.dre.pt/1s/1945/04/07000/02220223.pdf

[15] Para aprofundamento sobre a agenda colonial para a antropologia portuguesa e europeias, recomenda-se Cascais e Costa 2019.

[16] Escolhe-se aqui a expressão "modificação intencional dos dentes" por oposição a "mutilação dentária" porque se tratam de práticas culturais com intenções iniciatórias, estéticas e religiosas, sem a intenção de mutilar. Ver Liryo, Souza & Cook 2011.

[17] Estas temáticas têm sido amplamente estudadas pela comunidade académica internacional, e, num mundo cada vez mais globalizado e com o peso das redes sociais, encontram também eco na sociedade civil, galvanizada por movimentos como o "Black Lives Matter". No meio académico português, as abordagens de Filipa Lowndes Vicente, Joana Pontes ou Miguel Bandeira Jerónimo, têm sido especialmente frutíferas e conseguido alcançar uma particular irradiação por diversos tipos de públicos; num plano mais alargado, plataformas como a Buala, associações como a DJASS, e iniciativas como a série "Racismo em Português" do jornal diário Público (2015-2017) têm contribuído imensamente para o debate público sobre estas questões.

[18] Veja-se o exemplo do *The Early Caribbean Digital Archive*, que se identifica como tendo dois objetivos principais: desvendar e tornar acessível uma história literária das Caraíbas, escrita ou contada por negros, escravos, crioulos, indígenas e povos colonizados; e promotor do uso do arquivo como plataforma de revisão e (re)mistura por parte de estudantes e estudiosos, como forma de o descolonizar. Veja-se o site do projecto, em https://ecda.northeastern.edu/.

[19] O Canto do Curió está a desenvolver esta atividade em parceria com o projeto Photo Impulse e o MUHNAC, integrado no projeto internacional T-Factor, que promove a regeneração de zonas urbanas periféricas às grandes cidades. A Universidade Nova de Lisboa é o representante português que faz a mediação das atividades.

[20] Atividade desenvolvida através do projeto europeu "Pass The Mic! Decolonizing Education Through Art".

[21] Photo Impulse – O Impulso Fotográfico: Medindo as Colónias e os Corpos Colonizados. O Arquivo Fotográfico e Fílmico das Missões Portuguesas de Geografia e Antropologia [PTDC/COM-OUT/29608/2017] é um projeto de investigação, financiado pela FCT, que estuda exclusivamente o arquivo fotográfico do IICT, tendo como objetivo contribuir para a história e a teoria portuguesas da fotografia e do filme científicos, ao trazer para este campo as imagens produzidas em diversas expedições geográficas e antropológicas realizadas às então colónias portuguesas em África e na Ásia. O MUHNAC é parceiro na disponibilização integral das coleções estudadas e no desenvolvimento de atividades, nomeadamente uma exposição em 2022.